

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	116

Em discussão o Projeto de Lei nº 808/2018, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados, registrando-se a abstenção da Deputada Arlete Sampaio e o voto contrário do Deputado Fábio Felix.

Item nº 82:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.457/2020, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$25.885.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais)”.

Informo aos senhores que a proposição não recebeu parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Informo também que foram apresentadas nove emendas de plenário.

A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma dúvida: foram apresentadas quantas emendas?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	117

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – São nove emendas, nobre Deputada.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Aqui para nós, são quatorze. Eu gostaria de confirmar direitinho com o pessoal da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu só vou confirmar aqui, Deputada, porque foram retiradas algumas emendas. Deixe-me só conferir aqui. Peço um minuto a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Todas as emendas são para remanejamento de emendas parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – São quinze emendas, sendo que duas foram retiradas, Deputada Jaqueline Silva. Duas foram retiradas, e duas foram anuladas.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, deixe-me só conferir porque tenho aqui acesso a quatorze emendas, sendo retiradas ou acatadas. Eu preciso só confirmar para não ficar nenhuma prejudicada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Fique à vontade, Deputada.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	118

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Jaqueline Silva está levantando as emendas, mas eu gostaria de destacar que esse projeto carece de uma série de informações. Uma série de informações.

É um projeto complicado para a gente votar porque estamos falando de remanejamento de rubricas, sem termos as informações necessárias que consigam justificar o porquê desse remanejamento.

Então, o mais sensato neste momento, Presidente, é a gente solicitar ao governo que preste essas informações. Considerando que teremos sessão amanhã, o governo encaminha as informações até amanhã, para que consigamos dar um voto baseado em informações completas. Pela análise do projeto que temos aqui, não temos todas as informações. Então, qualquer voto

s/Luciana

IVE TELETRABALHO

para que a gente consiga dar um voto baseado em informações completas, porque, da análise do projeto que nós temos aqui, nós não temos todas as informações.

Então, qualquer voto aqui é arriscado. Já temos ações civis públicas, nós temos alguns procedimentos no Ministério Público tratando exatamente do remanejamento de rubricas.

Então, eu gostaria de destacar o problema e pedir para o Líder do Governo, o Deputado Cláudio Abrantes, que faça o pedido para retirar o projeto de pauta agora, a fim de que a gente obtenha essas informações primeiro para poder deliberar sobre o projeto amanhã.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	119

Esse é o meu pedido.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer primeiro que eu estou disposto a votar favoravelmente a esse PL hoje. Estou disposto, porque conversei com o Sindicato dos Rodoviários que veio ao meu gabinete. Eu tive a oportunidade de conversar com eles sobre os problemas que eles estão enfrentando hoje na categoria.

Mas eu queria fazer um registro que tem a ver com o que a Deputada Júlia Lucy citou e com o que outros Parlamentares já citaram aqui que é o problema do transporte público que a gente está vivendo.

Nós vamos autorizar hoje mais um remanejamento de 25 milhões direcionado às empresas e nós não temos a garantia de que essas empresas vão cumprir os seus compromissos.

Isso é fato, porque hoje o governo fiscaliza as empresas em alguns termos contratuais, mas, quanto às horas extras dos trabalhadores – hoje, uma empresa teve uma paralização, pois está há dois meses devendo hora-extra para os trabalhadores – , a gente não tem a certeza de que elas vão ser pagas e como esse dinheiro vai ser aplicado. Essa é uma preocupação nossa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	120

Eu conversei com o Secretário de Mobilidade hoje por telefone. Falei pessoalmente com o Secretário, pedindo que, de fato, houvesse uma fiscalização das empresas na execução desses recursos.

Não adianta fazer um aporte milionário para essas empresas, sendo que elas não honram os seus compromissos com os trabalhadores e isso é muito importante.

Então, eu acho que o governo precisa fiscalizar o pagamento da folha desses trabalhadores e fiscalizar também o pagamento dessas horas extras.

Eu estou disposto a votar o crédito a pedido dos trabalhadores e porque essas empresas têm utilizados os trabalhadores como meio de campo. Infelizmente, as empresas jogam a conta, a fatura desses problemas nos trabalhadores.

Por isso, estou disposto a votar esse crédito para nenhuma família ser prejudicada, mas deixo aqui a nossa advertência e a nossa crítica. Nós vamos olhar com muito cuidado para esses números e faremos essa fiscalização.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de informar a todos os Deputados que eu encaminhei ao Whatsapp da maioria dos Deputados uma nota de revisão tarifária que, inclusive, contém um parecer do Ministério Público de Contas que fala exatamente sobre essa questão do reequilíbrio da tarifa técnica com a tarifa pública ou com a chamada tarifa usuária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	121

Inclusive, quero aqui citar – não vou ler, porque a nota técnica é muito grande – uma parte desse parecer que diz que a projeção de gastos com a revisão tarifária demonstra que os valores dos subsídios a pagar somados aos valores pagos no exercício de 2020 são menores do que os valores pagos no exercício de 2019.

Apresentam-se as planilhas de pagamento, os valores a pagar para as empresas de ônibus que têm contrato com o Governo do Distrito Federal. Eu queria aqui deixar transparente para todos que os valores ainda devidos pelo Governo do Distrito Federal às empresas somam um total de R\$ 88.983.859,38 (oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Lembrando: esses valores são referentes ao PLE, ao PNE e à CT que é o que eles chamam de tarifa técnica. As diferenças a pagar referentes aos meses de julho, agosto e setembro são um valor em torno de R\$ 50.647.902,72 (cinquenta milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, novecentos e dois reais e setenta e dois centavos).

No QDD da Secretaria de Estado de Mobilidade, há a metade desse valor para se pagar os valores

s/Dayse

IVE TELETRABALHO

para se pagar os valores devidos, referentes aos meses de julho, agosto e setembro. O que nós estamos aprovando aqui é o reforço orçamentário para que o Governo do Distrito Federal possa quitar essa dívida. Essa planilha que foi apresentada – quero

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	122

deixar claro –, foi colocada, inclusive, em um parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Quero informar a todos que essa nota técnica foi encaminhada para todos os Deputados. Caso queiram que eu faça a leitura de quem a recebeu aqui, estou à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a verdade precisa ser dita. O governo ia repassar, no mês de junho, 90 milhões para as empresas, sem o aval da Câmara Legislativa, sem passar pela Câmara Legislativa. Eu denunciei isso na época, porque não estava correto sem um debate, sem passar pela Câmara Legislativa. E foi barrado isso daí. Isso no mês de junho.

Portanto, agora o governo está mandando essa quantia de 25 milhões, e nós apuramos. Conversei com os trabalhadores, porque eu estou com eles desde 1985, quando nós fizemos a primeira greve de rodoviários no Distrito Federal. E digo: hoje, com a licitação que houve, há mais controle social, muito mais do que havia antes. Precisou cada órgão exercer o seu controle.

Portanto, eu vou votar a favor. Eu gostaria que desse *quorum* para votarmos a matéria hoje. Acho que é importante, mas eu já estou com um requerimento próprio

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	123

e convido a todos Deputados a se somarem a ele, para a gente iniciar as discussões, porque isso não é coisa para se debater em um dia.

Já estou convocando, para o dia 25, a primeira audiência pública para discutir o transporte público do Distrito Federal, chamando o Secretário de Transporte e o Secretário da Fazenda. Vou chamar o Ministério Público, o Ministério Público de Contas, os auditores do Tribunal de Contas, porque é muito fácil ficar lá dando o parecer sem vir discutir a realidade.

Vou convidar as cinco empresas, o Sindicato dos Trabalhadores para que estejam presentes, para que a gente possa discutir efetivamente, porque a minha preocupação com a realidade hoje é o dobro do que poderá acontecer com a licitação.

Deputado Delmasso, V.Exa., que é um estudioso desse assunto, se a licitação for malfeita, sem respeitar uma modalidade que foi criada, que é a modalidade de bacias, vai estourar na conta do usuário, do trabalhador, especialmente dos empregados, da diarista que é quem paga a passagem.

O trabalhador de carteira assinada ainda tem o vale-transporte. Agora, a diarista ou o trabalhador desempregado, são esses que pagam o pato efetivamente. Quem é que anda de transporte público em Brasília hoje? Pobre. Assessor de Deputado não anda, Deputado não anda, empresário não anda, classe média não anda. Compram logo um carrinho. Por isso está tudo engarrafado do jeito que está. Quem anda é pobre. E o pobre não da conta de pagar a passagem, o valor que ela deveria ser hoje. É por isso que há a tarifa técnica. E por isso que tem que se discutir com

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	124

critério essa questão da tarifa técnica para ver se não estão botando dinheiro para os tubarões. Tem que ir para os trabalhadores.

Portanto, esses 25 milhões, tenho certeza, vai para a conta dos trabalhadores.

Por último, Sr. Presidente, é errado o que está fazendo a Justiça do Trabalho do Distrito Federal. Os empresários não pagam, o sindicato faz greve - e tome multa. Agora, estão aplicando multa preventiva. Hoje mesmo o Sindicato dos Rodoviários levou uma multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Está errado! O Tribunal Regional do Trabalho tem que se preocupar com a situação dos trabalhadores.

Rmessias

O Tribunal Regional do Trabalho tem que se preocupar é com a situação dos trabalhadores. Não é punir os trabalhadores por estarem fazendo um movimento legítimo em defesa do interesse deles.

Portanto, Sr. Presidente, espero que os Deputados compareçam, que a base do governo esteja aqui efetivamente, e que a gente possa votar esse crédito no dia de hoje. Eu irei votar a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –
Sr. Presidente, como já foi apontado aqui no debate que nós estamos fazendo, a aprovação desse projeto é dar um cheque em branco para o governo, um cheque em branco que sinaliza e ilustra muito bem qual é o modelo da política de mobilidade hoje.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	125

Vou descrever aqui, o Deputado Delmasso já citou alguns dos cancelamentos que estão sendo feitos, mas eu vou citar outros. Cancelamentos que estão sendo feitos para transferir esses 25 milhões para as empresas de ônibus.

O governo está deixando de implantar abrigos para passageiros do transporte coletivo, ou seja, está reduzindo o valor investido em paradas de ônibus, em espaços para comportar os passageiros. O governo está deixando de implantar o Programa Brasília Sustentável II, que é um projeto de urbanização, de melhoria das vias públicas, calçadas e espaços da cidade. O governo está deixando de implantar o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos –, os estudos e as ações do VLT; o Sistema de Tráfego Inteligente – ITS; a reforma de abrigos para passageiros. Terminais rodoviários, na casa de 1 milhão de reais, deixarão de ser construídos para dar dinheiro às empresas. A conservação das estruturas físicas de edificações públicas. A gestão da informação e do sistema de tecnologia da informação, tão precário no governo hoje, entre outras ações importantes de modernização do sistema de informação, que nos dariam até mais transparência, mais acesso aos dados.

É preciso lembrar o seguinte: só neste ano de 2020 já foram 382 milhões até outubro, 382,6 milhões de reais destinados para as empresas de ônibus, para fazer esse tal equilíbrio, a manutenção do equilíbrio financeiro. Se você tem que transferir mais de 382 milhões é porque não tem equilíbrio, não é? Então, há um total desequilíbrio nesse modelo e há um total desequilíbrio nessa relação do governo com as empresas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	126

Só para ter um comparativo, em 2019 foram 175 milhões; em 2018, 274 milhões; e este ano, 382 milhões transferidos para as empresas de ônibus.

Há algumas perguntas que o governo deveria responder para a gente antes de esse projeto ser aprovado. Primeiro, por que houve esse empenho surreal, para além daquilo que era esperado, ou seja, mais de 117% a mais do que foi em 2019? Por que a SEMOB – Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal –, no montante dos seus empenhos de 382 milhões, empenhou 199,6 milhões para despesas de exercícios anteriores, mais uma vez, sob a justificativa do tal equilíbrio? Por que uma dívida tão grande, em exercícios anteriores, com as empresas concessionárias? Como é que se chegou a esse valor? A gente não sabe! Por que 25 milhões e não 30 e não 10 e não 15? Agora, por exemplo, a gente não sabe. A gente está votando no escuro. A verdade é essa.

Eles estão cancelando passe livre estudantil e passe de portadores de necessidades especiais no valor de 20 milhões, e já tivemos cancelamentos, ao longo do ano, chegando a 158 milhões para essas duas finalidades. Eu quero saber, por exemplo, se o que vai sobrar, que são 3,5 milhões, vai ser suficiente para atender esses dois segmentos da população até o final do ano. A gente não sabe.

Então, se houve uma mudança, uma redução drástica nas despesas do transporte público com o passe livre e com os portadores de necessidades especiais neste ano, principalmente por causa da Covid-19, qual a explicação para um gasto tão elevado como o reajuste da tarifa técnica, se um dos critérios para o aumento da tarifa é justamente o número de passageiros que utilizam o sistema?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	127

E essas tabelas sem que a gente saiba por que os números estão aí. Essa é a questão! A gente não sabe por que são esses números!

Então, eu digo mais uma vez: a gente está votando no escuro! A gente está autorizando o governo a fazer uma coisa que ele não justificou o porquê de ele ter que fazer. É isso o que está acontecendo agora. Eu vou votar contra, porque eu não vou dar um cheque em branco de 25 milhões de reais para o governo passar para as empresas de ônibus, sem saber por que ele está passando. Eu não vou fazer isso aqui!

Se estão deixando de pagar os trabalhadores, a gente tem que investigar por que essas empresas que recebem milhões de reais por ano não conseguem pagar os trabalhadores. E não é dando mais um cheque em branco para o governo que significará a garantia disso. Talvez até o contrário, possa ser mais um calote. Vão receber dinheiro, vão embolsar, não vão investir e não vão pagar! E, daqui a 15 ou 20 dias,

Rmessias

daqui a quinze ou vinte dias, a gente vai estar falando a mesma coisa aqui, que o governo não honrou o compromisso como vários outros compromissos que ele não honra, até de projetos de lei que a gente aprova aqui, acorda a emenda e ele nem cumpre.

Então eu tenho muita preocupação com o que a gente pretende aprovar aqui. Eu não vou aprovar, eu não vou votar favorável mesmo! De jeito nenhum. Do jeito que está aí? Sem saber o porquê desses valores? Jamais. Com o meu voto o governo não vai contar hoje não.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	128

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

Em seguida, concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva para proferir o parecer.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que fica muito claro o porquê de o governo até agora não ter apresentado um plano de retorno das aulas na escola pública. É o que eu já vinha falando há muito tempo: a economia que estava sendo feita com o repasse do passe livre está sendo utilizada para encaminhar agora para as empresas. Pronto, está claro agora! Não está claro? Não tem plano, não tem nada. É isto: economizou dinheiro para mandar para a empresa, para essas empresas que prestam péssimos serviços. Detalhe: péssimos serviços.

Temos toda a preocupação com os trabalhadores que precisam sim ser priorizados, precisam receber. Na realidade, não deveria faltar dinheiro para pagar os salários, porque nós estamos vendo aqui um remanejamento. Eu e minha equipe lemos a sua nota técnica, Deputado Delmasso – eu agradeço a V.Exa. por ter me encaminhado –, e permanecemos sem as informações necessárias, como a planilha informando os subsídios e os números que justificam esse reajuste. Não temos nada.

É importante que as pessoas que estão acompanhando a sessão da Câmara Legislativa agora saibam: não foi informado nada. Esse remanejamento está sendo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	129

proposto com a justificativa de fazer um reequilíbrio, mas em momento nenhum houve apresentação de nenhuma planilha.

Reitero minha proposta de que esse projeto seja apreciado amanhã, para que o governo tenha tempo para fazer o aprimoramento do projeto. Não é o aprimoramento, mas para que o governo apresente o óbvio, para que a gente consiga analisar esses números.

A nota técnica que V.Exa. encaminhou, Deputado Delmasso, trata da legalidade da instituição de uma tarifa técnica. Quanto a isso não há a menor discussão. A questão aqui agora é que números são esses e as planilhas para serem confrontadas, e nós não os temos. E que fique muito claro para a sociedade do Distrito Federal.

Aqui está a prova. Não há a discussão do retorno presencial das aulas porque o dinheiro do passe livre está sendo utilizado para mandar para as empresas. Pronto, está aqui agora claro e evidente. Que ninguém se engane mais.

Eu peço para que o projeto seja retirado de pauta, seja complementado com as informações que são básicas, pois, quando se pede dinheiro, mudança, empréstimo, remanejamento, o mínimo é ter números para que recebamos essas informações e possamos analisar e votar amanhã. Caso contrário, também, obviamente, votarei contra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	130

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não abri a boca nenhuma vez no Plenário hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – É verdade. V.Exa., como vice-Líder do Governo, tem o direito de fazer a discussão do projeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou me reportar aos anos e anos e anos dessa novela do transporte no Distrito Federal. Quanto a esse subsídio, o governo está sempre tentando. Passou o Governo Arruda, o Governo Roriz, e em todas as vezes é isso aí.

Parece que a Deputada Júlia Lucy já sabe exatamente o que está acontecendo. Então, é melhor S.Exa. entrar com uma representação em relação a isso, pois é um dinheiro que foi economizado.

Enfim...Coerente eu digo que é o Deputado Chico Vigilante, que está pensando nos trabalhadores, que sabe que esse processo do transporte coletivo do Distrito Federal não digo que é um câncer, mas é uma coisa terrível que vem se alastrando há vários governos.

Nosso governo faz dois anos que se estabeleceu no Distrito Federal. É uma licitação de governos passados de transporte. Está tentando fazer a parte dele. Agora o que não pode é deixar os trabalhadores sem os seus salários.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante! V.Exa. é sempre coerente, sempre usa a tribuna em defesa dos trabalhadores. V.Exa. tem o questionamento sempre em prol dos trabalhadores. Se há alguma coisa errada, se o repasse está errado, se a administração está errada, isso vem se arrastando há anos e anos e anos. Desde que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	131

a senhora era menininha, Deputada Júlia Lucy, e andava de maria chiquinha em Brasília, o transporte coletivo já era desse jeito. A gente está tentando melhorar. O Secretário de Transporte está fazendo um bom trabalho, dentro da possibilidade

S/Luciano

REVISÃO: HELOÍSA

O transporte coletivo já era desse jeito. A gente está tentando melhorar. O Secretário de Transporte está fazendo um bom trabalho dentro de sua possibilidade. Isso aí vem se arrastando há anos desde quando existia a TCB, a Viplan, a Planeta. Quem lembra da Planeta? Então, sempre houve esse problema.

Eu concordo com o Deputado Chico Vigilante. Quem utiliza o transporte público são os diaristas, são os que estão na informalidade, são os que mais necessitam. Porque o trabalhador fichado tem o seu vale-transporte. É essa a minha intervenção.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Cláudio, eu queria passar a palavra à Deputada Jaqueline Silva para proferir o parecer, porque ela ainda não proferiu o parecer na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Depois, vou abrir para discussão. Não sei se V.Exa. quer falar agora ou depois.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu queria acrescentar só um ingrediente nesse debate. Está se falando muito em cheque em branco. Quem leu e quem conhece os contratos da licitação... Aí não cabe a mim entrar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	132

no mérito de como foi feita a licitação, qual é o contrato. Mas não se pode especificar na transferência de recursos do GDF para as empresas do ponto de vista... Ele repassa o recurso da tarifa. Essa é a obrigação do GDF.

O GDF não pode dizer: “Olha, você vai gastar com isso, com isso, com isso”. O GDF dizer: “Olha, eu estou passando tantos milhões, você vai gastar tantos milhões com isso, com isso” não está no contrato. Isso é do ponto de vista formal, de se colocar em um projeto de lei ou em alguma coisa ou de se enviar alguma mensagem. O recurso é passado. Agora, o que nós temos é o compromisso de pagamento dos trabalhadores. Esse é o objetivo. E mais: se não for feito isso, como já aconteceu no passado, a (falha na gravação) notifica.

Então, nós não estamos falando de cheque em branco. Não existe essa questão. O que nós temos é que o repasse tem que ser feito enquanto essas dívidas, esse repasse de tarifa técnica... Mas não cabe ao GDF dizer como é que vai ser a disposição. Isso do ponto de vista formal.

Nós temos, sim, um acordo para que isso seja cumprido. E, se não for, se ficar novamente sem salário, aí, sim, vai ser notificada a empresa e sofrer todas as sanções que lhe são imputadas a partir deste contrato que a gente está falando.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – A Presidência designa a Deputada Jaqueline Silva para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	133

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

(Leitura de parecer ao Projeto de Lei nº 1.457/2020, contendo 2 fls.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	134

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamos pelo voto de aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei 1.457/2020 e também pelo acatamento e aprovação das emendas da seguinte forma: Emendas de nº 1 a nº 3, acatadas; Emendas nº 4 e nº 5, retiradas; Emendas nº 6 e nº 10, acatadas; Emendas nº 11 e nº 12, o protocolo foi anulado; e as Emendas nº 13, nº 14 e nº 15, acatadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputada Jaqueline Silva, eu fui informado aqui pela assessoria de que a Emenda nº

REVISÃO: HELOÍSA

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputada Jaqueline Silva, eu fui informado aqui pela assessoria que a Emenda nº 11, salvo engano, o protocolo não foi anulado, aliás, foi anulado de forma errônea. Então, se V.Exa. puder corrigir, parece-me que ela está valendo.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Então, Presidente, só corrigindo, acatando também a Emenda nº 11.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Presidente, gostaria de saber se a Emenda nº 7 foi acatada?

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Para discutir, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Ok, só aguarde a Deputada Jaqueline Silva responder ao Deputado Martins Machado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	135

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Questão de ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Emenda nº 7, acatada.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Sardinha.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, por favor, gostaria de pedir à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, que, de forma didática, diga quais são as emendas acatadas e as emendas rejeitadas, por favor.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, posso repetir, então, as emendas?

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – De forma sequencial, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Perfeito.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Então, vamos lá: Emendas de nº 1 a nº 3 foram acatadas; Emendas nº 4 e nº 5 foram retiradas; Emendas de nº 6 a nº 10, acatadas; Emenda nº 12, o protocolo foi anulado; Emendas nºs 11, 13, 14 e 15, acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Fábio Felix, a Deputada Arlete Sampaio tinha pedido a palavra antes para discutir.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	136

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, é preciso a gente recuperar um pouco, aqui, na memória, a situação do transporte coletivo em Brasília, há algum tempo.

Uma licitação foi feita, durante o Governo Agnelo Queiroz, coordenada pelo Secretário José Walter, indicado pelo PMDB como secretário. Essa licitação pode ter tido – e tem mesmo – muitos defeitos, que nós temos que corrigir numa nova licitação, mas como era antes? Antes era o domínio da Viplan, ou seja, dos Canhedo, dos Amaral e do Constantino, era isso, aliás, a compensação era feita pela própria empresa, eram as próprias empresas! Era bem pior do que depois da licitação. Foi feita a licitação com o intuito de melhorar. O que melhorou? Foi feita a divisão em bacias, os ônibus eram novos, mas não se melhorou o quanto deveria ter se melhorado. Evidentemente, há erros e defeitos, e nós temos que corrigi-los numa próxima, mas também não se pode jogar tudo fora. É importante se preservar isso.

Eu acho também que é um absurdo a gente passar tanto dinheiro para empresários, mas é o que está vigendo hoje, e eu vou votar a favor da proposta, não porque eu acho que ela é legal, mas porque eu acho que ela é necessária nesse contexto que está aí. Não adianta a gente ficar reclamando. Nesse contexto atual, ela é necessária, até porque também permitirá pagar os trabalhadores. Nós temos de ficar de olho nisso. Essa é uma questão que nós temos que acompanhar de perto, nós não podemos deixar que os trabalhadores fiquem sem receber os seus recursos.

Por último, quero dizer que o Governador anunciou que vai fazer uma licitação, e eu acho que a gente tem que acompanhar isso, tem de opinar sobre essa licitação,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	137

aprendendo com os erros cometidos no passado recente, para que a gente acerte dessa vez, porque não é possível que a Capital da República do Brasil tenha um transporte tão ruim e tão caro. Isso é um absurdo e é o que acontece hoje no nosso Distrito Federal, infelizmente: um transporte de péssima qualidade e absolutamente caro, que não se justifica.

Eu espero que a gente consiga, na próxima licitação, acertar, e nós da Câmara Legislativa não podemos só assistir à licitação acontecer. Nós temos que opinar sobre ela, temos que discuti-la, nós temos que garantir que realmente dessa vez a gente possa ter um transporte coletivo de melhor qualidade para o povo de Brasília, porque realmente é um absurdo. Há cidades brasileiras no Norte e no Nordeste que têm o transporte coletivo muitíssimo melhor do que a Capital da República.

Era essa a questão que eu gostaria de falar aqui. Eu acho, realmente, que é muito dinheiro, mas, no contexto atual, é possível e necessário que a gente aprove esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que esse modelo de concessão e de privatização é uma maravilha para as empresas

s/Ney

Revisora: Jaqueline

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	138

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que esse modelo de concessão e privatização é uma maravilha para as empresas. É uma maravilha, porque as empresas têm um ganha-ganha, elas nunca perdem.

Então, era melhor que fosse gestão pública, porque, se está numa crise, elas ganham mais, se tem mais usuário, elas também ganham muito. Elas nunca perdem, e o Estado sempre sai perdendo, a população sai perdendo, seja pelo subsídio alto, seja pela tarifa que a população paga na rua. Então, é um modelo muito ruim.

Eu não sou contra, Deputadas e Deputados, o subsídio do Estado, mas a forma como esse contrato é escrito é uma concessão em que as empresas não têm risco nenhum, não faz sentido privatizar. É esse tipo de relação que as empresas gostam de ter com o Estado, que é uma relação parasitária com o Estado, é uma relação equivocada. Então, essa é uma crítica estrutural.

Eu concordo com a Deputada Arlete Sampaio que nós saímos do feudalismo dos governos do Roriz, aqueles governos em que as próprias empresas comandavam o transporte público. Foi importante ter uma primeira licitação, uma primeira reestruturação do transporte público do Distrito Federal. Nós viemos para um novo momento. Óbvio que é um salto importante e eu reconheço esse salto, mas isso não nos coloca na posição de não fazer as críticas necessárias a este momento que nós estamos vivendo hoje, que é um momento muito ruim.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	139

Inclusive, eu estava lendo a nota técnica, Deputado Delmasso, que V.Exa. mandou para o *WhatsApp* da gente. Primeiro, eu não considero isso uma nota técnica, porque ela não tem assinatura, não é papel timbrado, a gente não sabe quem forneceu esses dados. Mas eu fui conferir esses dados com o *site* do Portal da Transparência do Distrito Federal. Aqui se fala, nessa suposta nota técnica, de valores pagos até outubro de 2020 para as empresas, valores totais, por exemplo, a Pioneira. Fala-se aqui que se pagaram 75 milhões para a Pioneira. No *site* do Portal da Transparência do Distrito Federal, fala-se que o governo já repassou 119 milhões para a Pioneira. Aqui se fala que se repassaram 44 milhões para a Marechal. No *site* do Portal da Transparência do Distrito Federal, fala-se que já foram repassados 81 milhões para a Marechal. Aqui se fala que foram repassados 53 milhões para a Urbi. No *site* do Portal da Transparência do Distrito Federal, fala-se que foram 102 milhões para a Urbi. Então, há um problema nesses dados que é um problema muito ruim.

E eu queria fazer uma sugestão de emenda, que pudéssemos aprovar em segundo turno para esse projeto, porque eu acho que pode nos ajudar a solucionar o problema. Porque eu não tenho a confiança de que as empresas vão repassar esse dinheiro para o lugar certo, que é para pagar aos trabalhadores, para sustentar as famílias do Distrito Federal, e eu acho que nós temos que aprovar para isso.

Eu queria fazer uma sugestão de emenda, Deputados e Deputadas, que é o seguinte: colocarmos no texto que créditos, remanejamentos, transposição e transferência de dotações destinadas à manutenção do equilíbrio financeiro de contratos de concessão pública devem primeiramente ser utilizados para cumprir os

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	140

compromissos da folha de pagamento e benefícios dos trabalhadores das concessionárias. Então, eu acho que isso é importante, porque não podemos deixar que as concessionárias utilizem os trabalhadores como bucha de canhão, porque nós não temos a certeza de onde eles vão aplicar esse dinheiro, porque outras concessionárias do Brasil têm recebido os aportes milionários do governo e têm se retirado da concessão.

Então, nós também temos de colocar uma garantia na lei. Por que nós não aprovamos essa emenda de segunda turno, assinada por todos os Deputados hoje, de que a destinação desses 25 milhões vá prioritariamente para o pagamento da folha dos trabalhadores do Distrito Federal? Eu acho que isso nós temos de fazer, isso é importante.

Eu estou disposto a votar a favor sim desse crédito, mas reconheço como legítimas as críticas feitas pelo Deputado Leandro Grass, pela Deputada Júlia Lucy, por outros Parlamentares, porque eu acho que são legítimas sim, nós vivemos um momento muito difícil nesse contexto da mobilidade urbana, nós não podemos deixar que esses trabalhadores sejam utilizados como bucha de canhão, como também o Deputado Chico Vigilante está certo: nós não podemos deixar esses trabalhadores serem prejudicados.

Deputado Chico Vigilante, eu não defendo esses trabalhadores desde 1985, porque eu estava nascendo nesse ano, mas desde que eu tenho condições para defendê-los, eu defendo, e o meu mandato também vai ser um mandato de defesa desses trabalhadores, mas com muita coerência e capacidade de fiscalização também

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	141

dos dados dessas empresas que tentam parasitar o Estado, não mantendo uma relação saudável e uma relação que realmente respeite a coisa pública, que respeite o orçamento público.

Então, eu acho que a gente precisa ter uma visão global sobre esse processo. Estou disposto a votar favoravelmente e queria fazer uma proposta de emenda de segundo turno, que eu vou redigir agora e colocar no sistema para todos os Parlamentares assinarem conjuntamente para que esses 25 milhões possam ir prioritariamente para a folha, para o benefício dos trabalhadores.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra o Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, quando eu falo aqui que é um cheque em branco, é óbvio que eu não estou dizendo que o contrato não prevê esse reajuste. O que eu estou questionando é a própria forma de se verificar se o dado que é passado pelas empresas e aferido pelo sistema de bilhetagem está certo.

O Deputado Fábio Felix lembrou aqui

s/Rosângela

Revisora: Jaqueline

O Deputado Fábio Felix lembrou aqui dos valores agora de 2020. Só para registrar que a Marechal, que é a empresa que está devendo os trabalhadores, é a que vai receber o menor valor, o segundo menor valor proporcionalmente. Se a gente

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	142

pegar as tabelas aqui de variação da tarifa técnica desde o primeiro decreto, lá de 2018, somando-se a ele o decreto de 2020, a gente vai ver aqui, por exemplo, a variação positiva de repasse, de compensação da tarifa técnica por parte do governo. A Pioneira tem uma variação de mais de 109%, ela está recebendo mais de 109% a mais do que recebia antes; a Piracicabana, 26% a mais; a São José, 75,4% a mais. A única que teve uma variação negativa foi a Urbi; a Marechal, 14,86%. Então, tem alguma coisa errada quando dizem que as empresas têm algum problema financeiro e orçamentário para pagar os seus trabalhadores.

E outra: eu não confio no sistema de bilhetagem do Distrito Federal, eu não confio no método de aferição desses valores que as empresas dizem que têm que receber, eu não confio na forma como o governo está transferindo esses recursos para as empresas, por isso falo de cheque em branco. O contrato prevê, mas a aferição dessa metodologia de contrato não existe, a transparência sobre isso não existe, e eu desafio alguém aqui a provar que existe. Aí eu vou recorrer àquelas planilhas, e não sei quantas, mais de cem, que a SEMOB – Secretaria de Transporte e Mobilidade teve a ousadia de mandar para cá de forma absolutamente largada, com formato absolutamente aleatório, para a gente estudar aqui, um monte de número sem um relatório, sem uma análise! Cadê os técnicos? Tem lá, eu sei que tem, inclusive bons técnicos, mas eles tomam a decisão política de turvar, de criar fumaça no sistema de bilhetagem do Distrito Federal!

Por isto não vou votar a favor: primeiro, a Marechal é a segunda empresa que vai receber menos recurso desse crédito de agora; segundo, a gente não tem garantia

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	143

de que isso vai servir para pagamento, porque, mesmo com a ideia muito interessante que o Deputado Fábio aqui trouxe, a lei não pode determinar essa prioridade em cima do contrato, o contrato não estabelece que a prioridade é pagar os salários, embora intuitivamente, normalmente teria que ser, você cumpre as suas obrigações. Então, as empresas vão dizer: “Não, mas o contrato não me determina que eu tenho que pagar os primeiros salários”. Ela pode usar esse argumento.

Acho que a ideia é boa. Na verdade, quem tinha que fazer isso era o governo, fiscalizando essas empresas, mas infelizmente tudo leva a crer que nada mudou de 30 anos, 40 anos para cá, e essa relação continua promíscua, uma relação muito pouco transparente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)

– Presidente, a gente viver muito é bom, principalmente se você tem um mandato duradouro de Deputado.

Essa licitação só aconteceu porque eu e o João Osório, então Presidente do Sindicato dos Rodoviários, tivemos a coragem de levantar tudo de errado que havia no transporte público do Distrito Federal, fazer um dossiê escrito, com fotos, com vídeos e levar à Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal, para a procuradora-geral. Ela entrou na Justiça, e a Justiça determinou a licitação!

Estávamos no Governo Roriz, que não cumpriu a determinação; depois o Governo Arruda não cumpriu. No Governo Agnelo, nós fizemos! Enfrentamos 220 processos judiciais e administrativos contra a licitação, porque eles não queriam

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	144

licitação. Fizemos essa modalidade de bacía, trocamos toda a arcalhada velha dos ônibus, entrou tudo novo, zero, e preservamos os direitos dos trabalhadores, inclusive os dos trabalhadores da empresa Viplan. O GDF pagou, e hoje o Agnelo está respondendo porque pagou os trabalhadores.

Depois, Presidente, digo aqui sem medo de errar, sem tarifa técnica, eu desafio aqui os Deputados a dizerem de quanto será o reajuste que o passageiro vai ter. Não vai ser baixo, não, vai ser alto!

Por isso, eu vou votar a favor e vou estar no pé para que haja outra licitação e para que o usuário não seja prejudicado. Esse modelo é bom, tem que ser cumprido efetivamente tudo.

S/ Rev. Ermaine

Segue Ana Lúcia.

Revisão: Ermaine. (Teletrabalho.)

Esse modelo que tem é bom, tem que ser cumprido efetivamente tudo o que tem no contrato. E digo aqui para as pessoas que estão nos assistindo que eu não tenho preocupação alguma em dizer que esse dinheiro não vai saldado do direito dos trabalhadores, porque vai, mas os rodoviários sabem como valer os direitos deles. Tanto é que as empresas tiveram que pegar empréstimos em bancos dada a paralisação dos rodoviários, porque se não pagou, eles param. Agora, se não tiver dinheiro, a empresa quebra e não haverá nem trabalhador nem empresa.

Fala-se aqui de subsídio.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 11 2020	15h05min	EXTRAORDINÁRIA	145

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Conclua, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, para concluir, vamos discutir também quanto é o subsídio do Metrô? Vamos? Eu estou disposto.

Portanto, já está marcado para o dia 25, às 9h, uma audiência pública – eu quero que V.Exa., Sr. Presidente, esteja presente e convido todos os Deputados –, porque nós vamos entrar para valer nesse debate. Vamos novamente chegar a uma solução, porque nós somos capazes de encontrar uma solução junto com os trabalhadores, que é quem nos interessa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 votos contrários: da Deputada Júlia Lucy e do Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, o meu voto foi contrário também.